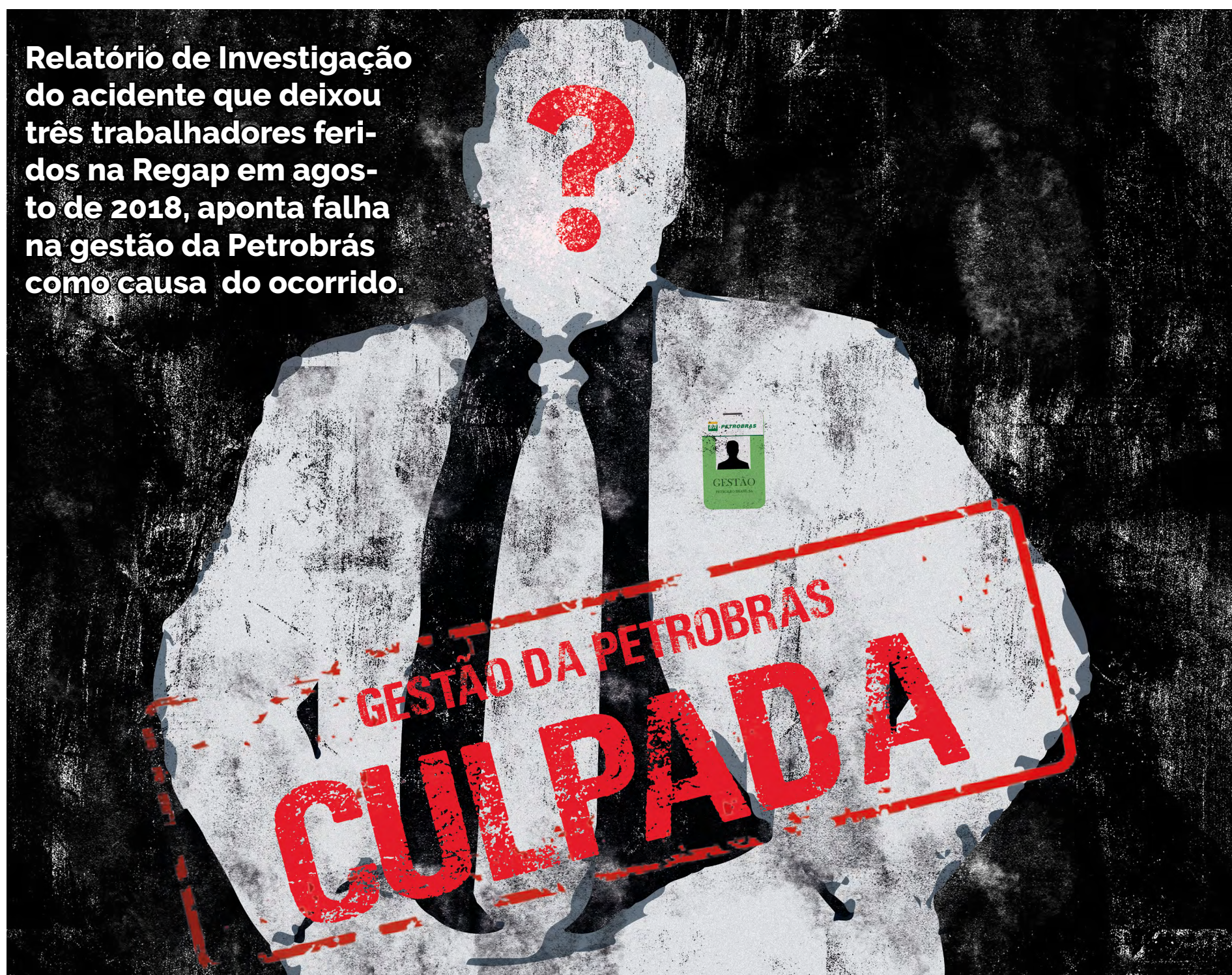


O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XLVII - 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Relatório de Investigação do acidente que deixou três trabalhadores feridos na Regap em agosto de 2018, aponta falha na gestão da Petrobrás como causa do ocorrido.



Veja nesta edição:

2 Editorial Acidentes: a face mais cruel da privatização

3 Relatório aponta falha de gestão em acidente grave na Regap

4 Regap: uma verdadeira bomba-relógio



EDITORIAL

Acidentes: a face mais cruel da privatização

Apesar da incrível capacidade de resistência da categoria petroleira, não há dúvidas de que vivenciamos mais um ano muito difícil. Como em outros momentos da nossa história recente, retrocessos políticos têm gerado consequências graves para o dia a dia de petroleiras e petroleiros, com claro prejuízo para nossas condições de trabalho.

Assim como na década de 1990, a pressão pela privatização da Petrobrás tem causado muito receio aos trabalhadores, angustiados pelo futuro cada vez mais incerto.

Entretanto, ao longo de 2018, assistimos ao retorno daquela que talvez seja a face mais cruel desse processo de sucateamento e entrega da Petrobrás: os grandes acidentes.

Até dezembro deste ano, além das quatro mortes decorrentes de acidentes na Petrobrás - todos envolvendo trabalhadores terceirizados -, vivenciamos uma série de outras ocorrências com alto potencial para se tornarem grandes tragédias. Grandes incêndios e explosões na Replan e, recentemente, na Refinaria Abreu e Lima, foram alertas explícitos para nossa categoria.

Em Minas Gerais, o gravíssimo acidente no setor de Utilidades da Regap, em agosto deste ano, simboliza bem como o processo de sucateamento e o desprezo dos gestores da Petrobrás são ameaças reais à nossa integridade física. Justamente por isso, as demandas e lutas por maior segurança em nossas unidades devem assumir um significado ainda mais prioritário para nós: estamos falando de vidas!

Por uma infeliz coincidência, completamos, neste mês de dezembro, 20 anos de um dos mais trágicos acidentes na Regap, quando um incêndio de grandes proporções resultou na morte de cinco trabalhadores. Naquele momento, a Petrobrás também vivia um intenso processo de sucateamento visando a privatização da empresa. É nosso dever cobrar responsabilidade da gestão da Petrobrás para que não vivenciemos novas tragédias, tão anunciadas quanto em 1998.

INFORMES

Ivan Monteiro e Pedro Parente viram réus

O ex-presidente da Petrobrás, Pedro Parente, e o atual presidente da empresa, Ivan Monteiro, são réus em ações populares que questionam a venda sem licitação da Termobahia, além dos prejuízos da entrega dos Campos de Lapa e de Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, e da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária que controla uma rede de 4,5 mil quilômetros de gasodutos nas regiões norte e nordeste do País. Parente e Monteiro terão que explicar à Justiça Federal os interesses escusos que estão por trás destas negociatas.

Pedro Parente compareceu na última quinta-feira (13) na 19ª Vara Cível Federal de São Paulo para prestar esclarecimentos. Já Ivan Monteiro fará seu depoimento no dia 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro.

Petrobrás atrasa novamente pagamento de PLR de aposentados

A Petrobrás atrasou mais uma vez o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2017 dos aposentados que trabalharam no ano passado. A previsão era de que o pagamento ocorresse em outubro, juntamente com o da ativa.

Entretanto, no início de novembro, a empresa informou que, devido a problemas que demandavam análise individual e liberação manual de cada pagamento, ocorreu um atraso e que o problema seria solucionado até o fim do mês.

Porém, o caso voltou a se repetir e, até agora, os aposentados seguem sem receber a PLR referente ao ano passado. A FUP já cobrou da empresa que, mais uma vez, prometeu efetuar os pagamentos até 30 de dezembro de 2018.

CALENDÁRIO

DEZEMBRO

14 a 16: II Festival Estadual de Arte e Cultura da Reforma Agrária, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em Belo Horizonte

21: Início do recesso de fim de ano no Sindipetro/MG;

25: Natal;

JANEIRO

07: volta do funcionamento da sede do Sindipetro/MG;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG
Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.
www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br





RELATÓRIO APONTA FALHA NA GESTÃO EM ACIDENTE GRAVE NA REGAP

Falha de gestão. Assim é possível resumir as causas do acidente que deixou três trabalhadores da Refinaria Gabriel Passos (Regap) feridos em agosto deste ano. As vítimas foram atingidas por um jato de ácido sulfúrico 98% quando houve o rompimento de uma conexão de um Indicador Local de Pressão (PI) próximo ao local onde acompanhavam o teste de uma válvula do sistema. Eles sofreram queimaduras graves, sendo que um deles permanece afastado da Petrobrás e segue em tratamento médico.

Há pouco mais de dez dias, a diretoria do Sindipetro/MG recebeu o Relatório de Investigação e Análise de Anomalias, elaborado pela Comissão de Investigação do Acidente - formada por representantes da Petrobrás, da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da Regap e do Sindicato, representado pelo diretor Alas Castro.

O documento não deixa dúvidas quanto à responsabilidade pelo caso: a própria gestão da Petrobrás.

Entre as causas apontadas no relatório estão:

1. falha na gestão da abrangência de vazamentos anteriores;
2. falha na gestão de mudanças na instalação de tomada do PI que rompeu (falta de detalhamento do projeto e ausência de registro de alterações na instalação);
3. falha na montagem da tomada do PI que rompeu, com uso de material inadequado (aço inox

CAUSAS DO ACIDENTE NA UTILIDADES

1. Não tratamento adequado aos vazamentos registrados anteriormente no mesmo sistema (entre 2009 e 2018 foram registrados 5 vazamentos de ácido sulfúrico);
2. Falha na checkvalve;
3. Falta de detalhamento do projeto do PI que rompeu;
4. Alterações na instalação de processo sem evidências de gestão de mudanças;
5. Uso de duas ligas metálicas na mesma linha (aço inox e aço carbono);
6. Uso de niple em aço inox (com maior taxa de corrosão);
7. Uso de rosca onde deveria ser encaixe e solda;
8. Falta de checklist de recebimento da unidade.

em vez de aço carbono) e conexão roscada (onde a recomendação seria encaixe e solda);

4. falha no processo de comissionamento da unidade;

Segundo o técnico de inspeção e diretor de SMS da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Alexandre Guilherme Jorge, dentre essas falhas, um fator que chama a atenção são as notas ZRs para substituição das linhas que já apontavam para problemas. Provavelmente, essas notas ZRs foram motivadas pelos vazamentos recorrentes no sistema de ácido sulfúrico registrados a partir de 2009.

"Isso reforça que os problemas nesse sistema eram conhecidos e o acidente poderia ter sido evitado", disse. O relatório cita pelo menos oito vazamentos em 2009, todos provocados por furos localizados. Na ocasião,

a empresa responsável pelas obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) da U-47 - onde o acidente ocorreu - teria solucionado o problema. Porém, nos anos seguintes, ainda foram registrados outros cinco vazamentos no circuito.

De acordo com o coordenador da FUP, José Maria Rangel, o acidente na Regap trouxe grande preocupação, visto que o sistema já vinha dando sinais de que poderia acontecer algo grave. "Mas, a gestão da companhia e a gerência da unidade não se atentaram aos avisos. Isso custou esse acidente em que tivemos três trabalhadores feridos", afirmou.

E no rastro desse acidente, ele lembrou ainda outros acidentes registrados em 2018 nas unidades da Petrobrás e diretamente associados à política de sucateamento da estatal,

principalmente nas áreas do refino.

"Nós tivemos um acidente de altíssimo potencial na Refinaria de Paulínia (Replan) que, por questão de minutos, nós não teríamos ali uma grande tragédia. Tivemos um acidente recente da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), com um incêndio na torre, e também um óbito na Bacia de Campos. Tudo isso é um reflexo da política de redução dos investimentos e o que a gente vê é que, quando a Petrobrás não investe, o que acontece são os acidentes. Essa é a nossa preocupação e, por isso, nós temos trabalhado insistentemente no sentido de discutir com a companhia uma nova política de saúde e segurança que possa preservar a vida dos trabalhadores. Então, a FUP e seus sindicatos vão continuar nessa batida porque nós temos o direito à vida".

RELEMBRE O CASO

Em 6 de agosto de 2018, o operador Antenor Pessoa Cavalcante e dois técnicos de manutenção acompanhavam o teste de uma válvula do sistema de ácido sulfúrico 98% da U-47 quando o rompimento de uma conexão de um Indicador Local de Pressão (PI) próximo emitiu um jato de ácido que atingiu todos eles.

O operador sofreu queimaduras nas costas, peito e parte do rosto, além do braço e antebraço esquerdos. Ele também sofreu uma lesão reversível no olho direito, sendo socorrido para o Hospital Mater Dei, onde passou por algumas cirurgias e ficou internado por vários dias. Antenor já está há mais de 100 dias afastado da

empresa para tratamento das queimaduras e recuperação.

Os outros dois trabalhadores - ambos da empresa SGS - sofreram queimaduras leves. Um deles foi atendido e liberado ainda na refinaria e o outro foi encaminhado a um hospital, mas teve alta no mesmo dia.

Só no segundo semestre de 2018

foram dois acidentes graves na Regap. O mais recente ocorreu em novembro deste ano. Uma petroleira sofreu queimaduras nas pernas quando, ao retirar uma amostra de salmoura da dessalgadora em um recipiente de vidro, este teria soltado o fundo, derramando o líquido quente em suas pernas.



REGAP: UMA VERDADEIRA BOMBA-RELÓGIO

O relatório do acidente na U-47 reforçou uma denúncia que o Sindipetro/MG já vinha fazendo acerca das condições de trabalho na Regap. Em várias edições de "O Petroleiro" e também em reuniões com a gerência local e com a direção da Petrobrás, no Rio de Janeiro, o Sindicato denunciou a falta de manutenções, o excesso de jornada de trabalho, a falta de pessoal nas unidades operacionais e o risco de acidentes na refinaria.

No entanto, mesmo após a conclusão desse relatório, pouco ou nada mudou no sentido de evitar novas tragédias. Segundo trabalhadores ouvidos pela reportagem do Sindipetro/MG, há inúmeros vazamentos em diferentes unidades da UT na Regap - vapor, gás combustível, condensado de média pressão e produtos químicos próximos de tanques. "A sensação

que temos é de que a unidade está abandonada", relatou um operador.

Eles contam ainda que houve muitos cortes de trabalhadores terceirizados e que os recursos de manutenção são os mínimos possíveis, deixando a categoria à mercê de novos acidentes.

No caso da Estação de Tratamento de Água (ETA), onde aconteceu o acidente, o Sindicato recebeu denúncias de que a área é conhecida como a "unidade do jeitinho", em alusão às inúmeras intervenções que são feitas para consertar falhas e manter a operação, sem investigar ou tratar as causas dos problemas.

A apresentação da conclusão do relatório feita aos trabalhadores também foi alvo de denúncia. Operadores afirmam que a empresa tratou o acidente em três slides e em meio a outros acidentes, "mascarando" a real gravidade do que aconteceu na U-47.

"O caso foi tratado como um acidente por contato com produto químico quando, na verdade, o que aconteceu foi uma queimadura gravíssima que poderia ter levado uma pessoa à morte em uma refinaria sem condições adequadas de socorro e de tratamento daquele tipo de lesão", contou outro trabalhador.

O coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, ressaltou que problemas de falta de manutenção e insegurança na Regap já vinham sendo denunciados pelo Sindicato, mas nenhuma providência foi tomada pela empresa. Ele também cobra, não só uma mudança na gestão da Petrobrás, como uma postura em relação aos culpados por esse acidente. "Agora, que ficou provado que a causa do acidente foi a própria a gestão da empresa, será que a Petrobrás será tão rigorosa e punitiva com seus gestores como



Regap, Betim (MG)

tem feito com os trabalhadores?"

OPERADOR AFASTADO

O operador Antenor Pessoa Cavalcante, ferido no acidente com ácido sulfúrico na Regap, está afastado da Petrobrás há mais de quatro meses e sem previsão de retorno.

A diretoria do Sindipetro/MG tentou contato com a família do trabalhador, mas não obteve retorno. Segundo relatos de colegas, o petroleiro ainda está em processo de recuperação e tratamento.

PLR: proposta da Petrobrás só prejudica trabalhadores

4 razões para dizer não ao novo regimento da PLR:

INDICADORES

Aumenta de seis para oito os indicadores da PLR. Apesar de manter os seis indicadores de produção do atual acordo, a empresa alterou unilateralmente a composição de alguns, outros, dando um foco mais mercadológico. Além disso, incluiu um indicador financeiro e outro de produtividade, que se baseia no efetivo de trabalhadores. Na prática, significa que, se a Petrobrás lançar novos PIDV's ou fizer demissões, maior poderá ser o valor da PLR para quem ficar. Ou seja, os indicadores passam a ter um foco muito mais financeiro e mercadológico do que de produção, o que dificultará os trabalhadores de se enxergarem nas metas.

SISTEMA DE CONSEQUÊNCIAS

Vincula o Sistema de Consequências ao regimento da PLR. Serão aplicados descontos de 10% para os trabalhadores punidos com advertência por escrito e 20% para quem tenha sido punido com suspensão. Ou seja, a Petrobrás quer impor critérios individuais à PLR, que deveria ser um programa focado em resultados estritamente coletivos.

PLR SÓ COM LUCRO

Acaba com a garantia de que o trabalhador receba pelos resultados atingidos, quando a empresa não registrar lucro. Na carta de encaminhamento da proposta, a Petrobrás afirma que "a metodologia de pagamento da PLR somente será aplicada quando a companhia obtiver lucro líquido no exercício". Ou seja, a empresa descarta a possibilidade de pagamento, mesmo que as metas de produção sejam atingidas.

SEM GARANTIA DE ADIANTAMENTO

A Petrobrás pretende avaliar anualmente, entre novembro e janeiro, se fará ou não o adiantamento da PLR. Em caso de adiantamento, caso não seja consolidado o lucro, o trabalhador sofrerá descontos dos valores recebidos.

A proposta apresentada pela Petrobrás para o novo regimento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na última sexta-feira (7) só traz prejuízos aos trabalhadores, como analisou os diretores da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Em Conselho Deliberativo no dia 4, a FUP se posicionou pela rejeição da proposta, após avaliar a carta de encaminhamento com os principais pontos da nova metodologia, que altera profundamente o acordo pactuado com os trabalhadores em 2013.

O novo regimento impõe retrocessos à categoria petroleira, como a vinculação da PLR com o Sistema de Consequências, o que significará mais punição para os trabalhadores. Além da precarização das condições de trabalho e dos riscos cada vez maiores a que são submetidos, os petroleiros serão ainda mais penalizados por uma ferramenta utilizada para tudo, menos garantir a segurança.

Para justificar as mudanças feitas, a empresa ressuscitou a Resolução 10

de 1995, editada pelo antigo Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, cujas recomendações, além de ultrapassadas, são contraditórias em relação à Lei 10101/2000,

que atualmente regulamenta o pagamento da PLR.

Assembleias estão acontecendo em todo o País até esta sexta-feira (14) para definir o posicionamento da

categoria frente à proposta da companhia.

O pagamento da PLR 2018 está garantido pelo atual acordo, que tem validade em 30 de março de 2019.